

# Aplicações dos blogues na educação para o desenvolvimento

## Gerardo Uz

IGESIP, Rua Rinlo n.º 64, 4ºA  
15920 Rianxo GALIZA  
Email: [uz@igesip.org](mailto:uz@igesip.org)

## Jéssica Beiroa

IGESIP, Rua Rinlo n.º 64, 4ºA  
15920 Rianxo GALIZA  
Email: [beiroa@igesip.org](mailto:beiroa@igesip.org)

## Joám Evans

IGESIP, Rua Rinlo n.º 64, 4ºA  
15920 Rianxo GALIZA  
Email: [evans@igesip.org](mailto:evans@igesip.org)

## Resumo

O desenvolvimento –percebido desde uma perspectiva que integrar realidades como a liberdade, a integridade física ou psicológica, a identidade cultural, a sanidade ou a educação- é uma das condições necessárias para alcançar e/ou manter a paz. Na actualidade existem dois grandes modelos de cooperação para o desenvolvimento, o institucional e o das ONGDs, sendo que estas últimas partilham o conceito de desenvolvimento já exposto. Uma das perspectivas na qual cumpre agir também é a tecnológica. Dentro desta, os blogues são ferramentas que em projectos de cooperação podem contribuir a apagar duas das principais barreiras: as barreiras diatópicas e diacrónicas –permitindo coordenar projectos educacionais e de outro tipo desde a distância- e os custos –geralmente elevados e que se podem reduzir drasticamente com o uso de aplicações de código livre-. Esta linha de actuação, conhecida como d-learning, resultaria num modelo flexível e economicamente sustentável.

## 1. O desenvolvimento, condição necessária para a paz

Na actualidade, resulta inegável a afirmação de que muitos dos conflitos que existem têm como causa o subdesenvolvimento. No entanto, esta sentença não resulta politicamente correcta, e se não se explicar convenientemente, pode-se dar mesmo a sensação de estar a dizer uma coisa totalmente diferente, já que neste asserto subjazem muitas considerações pejorativas.

É por esta razão que decidimos encetar a nossa asseveração dando-lhe a volta, quer dizer, no canto de afirmamos que o subdesenvolvimento é causa –não ‘a’ causa- de conflito,

assegurarmos que o desenvolvimento é *conditio sine qua non* para alcançar e manter a paz. Explicado isto, apenas cumpre mudar os termos polémicos pelos seus antónimos para mantermos a nossa premissa.

O primeiro será definir o conceito 'desenvolvimento', já que é susceptível de ser considerado desde diferentes perspectivas devido, também, à sua ambiguidade. Num sentido estrito, estaríamos-nos referindo apenas ao plano económico e a determinadas variantes quantitativas tais como o Produto Interior Bruto ou Renda por Cabeça, entre outras; perspectiva muito estendida por culpa da pressão do Neoliberalismo. Todavia, num sentido amplo, teriam de ser incluídas as necessidades humanas básicas, quer dizer, a própria sobrevivência, o bem-estar, a identidade ou a liberdade; em definitiva, tudo aquilo quanto defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A relação entre paz e desenvolvimento já foi estabelecida na Carta das Nações Unidas (documento fundacional desta instituição), onde se reconhece que a paz e a estabilidade entre os países não apenas se vinculam com o reconhecimento e o respeito dos direitos humanos, mas também com o vínculo entre direitos humanos e desenvolvimento económico e social:

“Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias para umas relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efectivo e condições de progresso e desenvolvimento económico e social; b) a solução dos problemas internacionais económicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de carácter cultural e educacional; e c) o respeito universal e efectivo dos direitos humanos e das liberdades

fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião". ONU (Carta das Nações Unidas, art. 55)

Doutra parte, os conceitos 'paz' e 'desenvolvimento' aparecem interligados já desde a década de '60, de tal forma que uma dinâmica de paz implica necessariamente o desenvolvimento económico, social e cultural. Desde esta perspectiva, a paz é o requerimento básico para que efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais das pessoas. "A paz abrange tudo o necessário para os homens poderem-se realizar plenamente" (Arenal:1989).

Parafrazeando as Nações Unidas, "o processo de desenvolvimento deve promover a dignidade humana" (ONU:1981). Ainda, desde esta organização afirmou-se na Cimeira Mundial do Desenvolvimento Social de 1995 que "o desenvolvimento social deve ter o ente humano como objectivo principal", submetendo as actuações neste sentido à participação activa dos indivíduos e colectividades, ao pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades civis sem qualquer discriminação e à livre determinação dos povos e respeito à identidade cultural destes.

## **2. Dois grandes modelos de cooperação para o desenvolvimento**

Em função de a qual concepção de 'desenvolvimento' nos referirmos e a qual paradigma de educação nos acolhermos, existem multidão de modelos de d-learning ou 'aprendizado para o desenvolvimento'. De jeito sintético, poderíamos-os resumir em dois, o modelo institucional e o modelo não-governamental, sendo que neste ponto falaremos do primeiro deles.

O modelo institucional caracteriza-se por ser mais restrito que o não-governamental, e por ter um jeito de actuar paternalista-assistencial, já que se fundamenta em campanhas informativas e/ou

de ajuda nas que se faz mais caridade do que ajuda real, e não questionando nunca as causas económicas ou sócio-políticas que levaram para a situação actual do mal-chamado Terceiro Mundo.

Os objectivos centram-se sobretudo em paliar as consequências do subdesenvolvimento económico, principalmente a fome e as carências sanitárias. Em relação com dito em linhas anteriores, os conteúdos predominantes fazem finca-pé em apresentar a situação do Terceiro mundo, mas sem relacionar o seu empobrecimento gradual com os processos de enriquecimento das grandes multinacionais e dos sistemas financeiros do Primeiro Mundo, no meio de um círculo vicioso de estrutura neocolonial. Em definitiva, neste paradigma “não se trata de dar ao Terceiro Mundo, mas de desenvolver escala planetária o sentimento de solidariedade” (Fortat; Lintanf: 1989),

Amiúdo transmite uma visão das sociedades ocidentais como referente a imitar, modelo para importar, um erro de perspectiva que tem o seu reflexo em atitudes tão disparatadas como intentar introduzir as novas tecnologias em aldeias nas que nem tão sequer existem as infra-estruturas adequadas ou pessoal devidamente formado na sua utilização ou no ensino do seu uso.

Enfrentado ao modelo institucional está o não-governamental, movido por uma concepção ampla dos conceitos ‘desenvolvimento’ e ‘paz’, vinculado à transformação das violências estruturais através da superação das formas de colonialismo (nomeadamente económico e cultural-educacional) e contra o poder das oligarquias locais.

Contrariamente ao modelo institucional, o paradigma das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento fomenta atitudes críticas com as actuais linhas mestras que dividem o mundo, particularmente as estratégias de controlo de carácter neocolonial. Revisar e criticar os traços neocolonialistas supõe também questionar

a concepção hegemónica do modelo social, económico e cultural de Ocidente.

Ainda, não apenas foca no Sul a sua visão crítica, mas também no Norte, para contestar certas políticas e ideologias que encobrem uma realidade da dependência e do intercâmbio desigual. Por isso, além de aprofundar no conceito e no significado prático de 'solidariedade', deve supor uma revisão dos comportamentos que puderem fomentar o mantimento do actual status quo, tais como determinados hábitos de consumo.

### **3. A perspectiva tecnológica da cooperação: o 'd-learning'**

Um dos grandes problemas que habitualmente encontram os projectos de cooperação para o desenvolvimento das ONGDs é que custa muito esforço encontrar pessoal qualificado que quiser ir embora exercer a sua profissão em países em vias de desenvolvimento é complicado, e ainda mais 'retê-los' lá, longe de suas famílias, vida e emprego habituais durante os períodos de tempo necessários para a obtenção de uns resultados mínimos. O défice de pessoas dispostas a exercerem de voluntários –com consequência das dificuldades para poder compatibilizar estes diferentes aspectos da vida- é uma das grandes eivas dos actuais programas de cooperação para o desenvolvimento para os que as actuais tecnologias já começam a oferecer respostas.

Por outra parte, e relacionado com o anterior, pessoas interessadas em melhorar a sua formação simplesmente não podem assistir a aulas, pois implicaria perderem os seus trabalhos. As alternativas que cá se propõem permitiriam a estas pessoas desenvolver as suas capacidades obtendo acesso a novas possibilidades de melhora; mesmo àqueles que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos. As barreiras que se

rompem aplicando um modelo de educação baseado no d-learning – e, dentro deste, fazendo uso de novas ferramentas como os blogues – são muitas. Por um lado, o já dito, de poder compatibilizar diferentes facetas da vida sem ter de renunciar, em princípio, a nenhuma delas. Por outra, no plano tecno-económico, a existência de movimentos que agem pelo software livre, o que permite poder beneficiar-se dos últimos adiantes sem necessidade de pagar pelo custo do seu desenvolvimento –redes de voluntários a oferecerem serviços, produto, aplicações, conteúdos ou guias, entre outros; licenças Creative Commons ou GNU/GPL, etc.-

O uso destas ferramentas evitam, tal e como aconteceria de utilizar aplicações baixo licença ‘tradicional’, o estabelecimento de ligações de dependência com as empresas programadoras – habitualmente multinacionais- e o conseqüente impacto negativo sobre a economia. A possibilidade de ter acesso ao código fonte das aplicações para modificá-las e adaptá-las a umas necessidades específicas fomenta ademais o desenvolvimento endógeno dos sectores de programação autóctones.

Ainda, na era da informação, a formação transformou-se numa necessidade e, neste contexto, as novas tecnologias fornecem a oportunidade de aceder não apenas a uma educação convencional mas outras outras possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional além do ensino tradicional.

Para articular estas duas componentes é preciso mais um recurso, neste caso humano, que além de ter carácter voluntário, isto é, não lucrativo –embora eventualmente seja necessário recorrer a pessoal remunerado para certas tarefas muito especializadas-, deve possuir as qualificações necessárias que a labor requer. A vantagem, ou as possibilidades, que oferecem este tipo de plataformas reside no facto de que a colaboração não seja necessariamente presencial – falamos assim de e-voluntários- pelo que poder ser alternada com

outros trabalhos ou posições que de outra forma excluiriam a participação. O trabalho voluntário pode facilmente assumir-se desde o computador pessoal doméstico ou do posto de trabalho nos tempos de lazer, pois apresentam-se as possibilidades de assincronia e ubiquidade -estar em tempos e lugares diferentes de jeito simultâneo.

Nesta perspectiva, o uso da tecnologia para tarefas formativas -d-learning- deve centrar-se na mudança de atitudes e de comportamentos. Parece razoável pensar que para conseguir este objectivo, o labor informativo não deve ficar reduzido a simples campanhas mais ou menos publicitárias.

Ainda, este modelo deve ter como um dos seus conteúdos prioritários a nova realidade da Globalização, já que constitui “o principal desafio para o desenvolvimento, tanto no Norte quanto no Sul” (Mesa, M.:2000). Entre outras razões, porque na altura muitos dos Estados encontram-se condicionados por acordos transnacionais que afectam à sua soberania e coarctam a sua liberdade para tomarem decisões neste e muitos outros âmbitos.

Embora com abismais desajustes, os países em vias de desenvolvimento vão-se fazendo cada vez mais permeáveis à introdução das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), seguindo as pautas globalizadoras cara a uma situação de glocalidade (global+local). Tal penetração tem demonstrado a sua vertente mais disparatada com agentes ocidentais (ou ocidentalizadores) tentando introduzir computadores em aldeias do Terceiro Mundo sem água nem electricidade.

Seja como for, tudo parece indicar que as TIC gerarão nesses países os mesmos problemas que já provocaram na Europa, particularmente nos seus sistemas educativos, e isto por mor das pressões políticas e sociais existentes. Do mesmo jeito que não se podem introduzir tecnologias quando não existem as infra-estruturas

básicas, também não adianta implantá-las se não vierem acompanhadas de uma verdadeira formação (nomeadamente em matéria de formação de formadores) que possibilite a sua valorização e aplicação real. Noutras palavras, como tirar proveito das TIC sem se terem criado as infra-estruturas que lhes permitirem funcionar e sem se terem formado pessoas capazes de as empregar?

No entanto, ante um panorama minimamente favorável, as possibilidades das TIC em campos como a educação para o desenvolvimento são alentadoras. Nos últimos tempos, a aplicação das novas tecnologias na educação a distância tem provocado grandes sucessos e abrindo novas possibilidades, aparecendo o que se viria a chamar e-learning. Cumpriria perceber este conceito como aquela forma de aprendizado complementar ou substitutivo das aulas tradicionais.

A formação em linha pode supor uma drástica redução de custos (evitando deslocamentos, alojamentos, materiais impressos, etc.) o qual, somado à possibilidade de recorrer a um voluntariado virtual altamente qualificado e materiais docentes de uso livre, resulta num modelo flexível e economicamente sustentável para a gestão de conhecimentos, aplanando hierarquias e descentralizando responsabilidades.

Desde os seus inícios, a Rede e seu desenvolvimento cara às formas que hoje conhecidas fundamentou-se no trabalho voluntário e cooperativo. Nada indica que agora vá deixar de desenvolver-se nesse caminho, mais bem todo o contrário. O(s) movimento(s) pelo software livre, embora sem estar ligados necessariamente às linhas das organizações não-lucrativas, vêm funcionando de forma similar, criando redes de 'voluntários' a produzirem e oferecerem serviços, produtos, aplicações (software de uso livre) e conteúdos (manuais e guias).

Assim, surgiram projectos de colossais dimensões como o GNU/Linux, um sistema operativo 'gratuito', livre e sustentável. Por outra banda, de forma similar aos movimentos de criação e desenvolvimento de aplicações, achamos as novas formas de distribuição de conteúdos, como as licenças Creative Commons ou GNU-GPL, que embora não são equifuncionais, geralmente se agrupam sob a denominação open source ('recursos de graça' ou 'software livre').

Para articular estas duas componentes é preciso mais um recurso, neste caso humano, que além de ter carácter voluntário, isto é, não lucrativo (embora eventualmente seja necessário recorrer a pessoal remunerado para certas tarefas), deve possuir as qualificações necessárias que a labor requer. A vantagem, ou as possibilidades, que oferecem este tipo de plataformas reside no facto de que a colaboração não seja necessariamente presencial (falamos assim de e-voluntários) pelo que poder ser alternada com outros trabalhos ou posições que de outra forma excluiriam a participação. O trabalho voluntário pode facilmente assumir-se desde o computador pessoal doméstico ou do posto de trabalho nos tempos de lazer, pois apresentam-se as possibilidades de assincronia e ubiquidade (estar tempos e lugares diferentes de jeito simultâneo).

Cada vez mais, os processos educacionais situam-se fora dos sistemas tradicionais (ou formais) de ensino através da implantação de metodologias de aprendizagem a distância tecnologicamente mediadas. Quando se trata de implementar programas cujo alvo principal se situa nos países em vias de desenvolvimento, e não só, devem-se ter em conta critérios como o acesso, a qualidade e custos, pois uma componente mal planificada pode ter um impacto fulminantemente negativo no conjunto do projecto, limitando consideravelmente as suas possibilidades de acesso e êxito final.

As actuais infra-estruturas e metodologias educativas simplesmente não estão à altura das necessidades, reptos e desafios da nova 'aldeia global', na que é preciso e urgente incrementar o acesso à educação. O d-learning, neste sentido, aúna as características atribuíveis ao e-learning (formação/ensino electrónico), mas também aquilo referente a projectos de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento.

#### **4. Contributo dos blogues para o 'd-learning'**

O interesse crescente pelos programas de formação em linha atribui-se, essencialmente, ao reconhecimento da Rede como um veículo chave na transmissão de informação e no estabelecimento de uma comunicação em tempo real e em diferido. Somado isto ao facto de que a população que acede à internet aumentou, os progressos técnicos (aliados à transformação de conteúdos passivos em dinâmicos e interactivos) constituem também factores decisivos no uso da Rede.

A aplicação de uma gama de tecnologias do aprendizado no campo do desenvolvimento de recursos humanos vai estreitamente ligada à melhora da qualidade dos sistemas, pois efectua-se uma redistribuição da oferta formativa a partir da demanda e atendendo a necessidades específicas. Para as instituições formadoras e para a sociedade em geral, as TIC oferecem experiências de aprendizado para quem interessar (em quaisquer lugares e momentos, de jeito virtual), a possibilidade de estabelecer novos jeitos de comunicação entre docentes e alunos e também a oportunidade de realizar progressos adaptados às exigências de formação das organizações e às necessidades e aptidões dos participantes.

Com efeito, em quaisquer projectos de cooperação, cada vez mais esta componente (a formação) é mais demandada. E já não

falamos apenas da formação das populações-alvo dos projectos, mas também dos próprios cooperantes, for aplicada à cooperação (inculcando noções instrumentais técnicas para a implementação de projectos) ou tratar-se de formação de formadores. Precisamente um dos problemas críticos na educação para o desenvolvimento é a escassa disponibilidade de mais e melhores educadores, resultando as TIC uma ferramenta eficaz e económica para cobrir esta necessidade.

Encontrar professores qualificados que quiserem ir embora exercer a sua profissão em países em vias de desenvolvimento é complicado, e ainda mais 'retê-los' lá, longe de suas famílias, vida e emprego habituais durante os períodos de tempo necessários para a obtenção de uns resultados mínimos.

Muitas pessoas simplesmente não podem assistir a aulas. As alternativas que cá se propõem permitiriam a estas pessoas desenvolver as suas capacidades obtendo acesso a novas possibilidades de melhora; mesmo àqueles que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos.

Quando se trata de levar a formação a regiões longínquas onde não existem escolas e outras estruturas educativas formais, as TIC têm muito a oferecer, e não nos referimos necessariamente aos países em vias de desenvolvimento, pois projectos deste tipo vêm-se implementando desde faz tempo em países com populações tradicionalmente dispersas como a Austrália ou o Canadá. Combinadas com a educação presencial, as TIC podem ser utilizadas para trasladar materiais e métodos pedagógicos de grande qualidade ou mesmo leccionar aulas nas que alunos e professor se achem em hemisférios opostos. A utilização de computadores nas (e para as) aulas, em qualquer lugar do mundo, tem uma série de lógicas a explorar de forma integral e combinada:

1. Formar pessoal altamente qualificado na utilização das TIC
2. Proporcionar conhecimentos básicos de informática de forma extensiva
3. Utilizar as TIC para explorar as possibilidades curriculares
4. Promover a incorporação de inovações no nível curricular e do papel do educador
5. Possibilitar o acesso às fontes de informação, nomeadamente à Internet
6. Promover o contacto e intercâmbio com outros centros educativos através das TIC

O primeiro dos objectivos deveria ser fomentar o desenvolvimento da capacidade de produção de ideias, propiciando a fluidez de expressão e a flexibilidade do pensamento. As ideias próprias devem-se adaptar a um estilo pessoal, quer dizer, deve-se potenciar a imaginação como ferramenta mais a originalidade na expressão do pensamento através da toma de decisões próprias. Isto não é possível se previamente não educarmos os sentidos, pois é graças a eles como interagimos com o nosso entorno. As novas tecnologias possibilitam os alunos a experimentarem com elementos tão diferentes entre si como o áudio, vídeo, gráficos (em 2D ou 3D), texto ou bases-de-dados, que nem sempre têm referentes físicos ou reais.

Outro tipo de faculdades que se deveriam desenvolver e que enumeraremos de jeito restrito, sem entrarmos em detalhes (por questões de espaço) seriam o raciocínio verbal (expressão oral, expressão escrita e compreensão leitora) e o raciocínio lógico-matemático (para solucionar problemas e pensamentos abstractos, como em recreações 3D). Em definitiva, o aluno deve aprender a usar os seus conhecimentos para perceber o mundo, pois apenas

percebendo-o será capaz de interagir com ele, transformá-lo e, somente depois, melhorá-lo.

Determinados já os objectivos, o seguinte passo é escolher as ferramentas mais adequadas para consegui-los do jeito mais óptimo. É preciso decidir, dentro do amplíssimo leque existente, que tipo de programas contribuirão melhor à finalidade educativa.

1. Software instrucional. Está especificamente concebido como aplicação didáctica, pois propicia a automatização de exercícios ou de exames de diferentes matérias. Incluir-se-iam aqui os tutoriais (cursos de iniciação cara a uma actividade seguindo uma curva de aprendizado progressivo), os simuladores de situações reais (que reconstruem cenários de jeito virtual), o software enciclopédico e o software de aprendizagem de idiomas (muitas vezes de graça).
2. Software de uso geral. Esta denominação abrangeria software genérico como os processadores de texto, software de criação de imagens ou reprodutores/editores de áudio e sonido.
3. Linguagens de autor, que permitem criar e gerir publicações electrónicas capazes de interagir com os utilizadores (como a criação um blogue para leccionar História da Arte através da inserção de conteúdo textual, imagens, ligação com páginas relacionadas, sugestão/consultas do alunado, etc.).
4. Jogos com finalidades educativas.
5. Bases-de-dados que permitem cruzar dados entre si nos mais diversos formatos (texto, vídeo, som...).
6. Aplicações comunicacionais. Nos últimos anos, ao falarmos de tutorias em linha apenas nos referíamos ao correio electrónico, listas de discussão ou fóruns. Agora,

as tutorias e o aprendizado em linha contam com ferramentas de apoio mais fortes como os blogues (que, contrariamente à maior parte das listagens de correio, são capazes de integrarem de jeito óptimo a multimedialidade e o feedback), os serviços de comunicação textual em tempo real (bate-papos como o popular Messenger) e até o mais recente boom provocado pela tecnologia Voz-IP (que embora exista desde 1998, somente se pôde popularizar em datas recentes graças aos progressos técnicos e ao surgimento de padrões), como o afamado Skype, um programa que permite conversas com voz em tempo real como se de um telefone-web estivéssemos falando.

O objectivo geral do sistema educacional é preparar a gente para a vida, que dizer, dotá-la de uma bagagem de conhecimentos suficiente e potenciar a sua criatividade e raciocínio críticos. Mas as possibilidades das TIC obrigam-nos a repensar o sistema educacional para integrá-las no seu seio deste, dando-lhe, destarte, valor adicional. Isto permitir-nos-ia formar alunos activos e criadores no canto de passivos consumidores e reprodutores das palavras do professor.

Por suposto, também é necessário repensar o labor do docente, que não apenas se deveria limitar a dar aulas, mas também coordenar trabalhos em parceria de responsabilidade compartilhada; actividades de pesquisa, compreensão, avaliação e selecção de informação de jeito multiperspectivo e multidisciplinar que obrigariam a usar a inteligência mais do que a memória.

A todo isto podem contribuir as Redes, pois permitem elaborar cursos electrónicos de jeito personalizado e automatizado. Graças a

isto, o professor poderia tutorizar os trabalhos de cada aluno e adaptá-los ao próprio ritmo e aptidões deste.

Um último apontamento. Ao menos pelo momento, o livro não vai ser substituído do seu lugar referente no ensino. Porque? Porque o modo de pensamento imposto pela linguagem humana é o sequencial (ou lineal), por enquanto o multimédia desenvolve acções em paralelo (hipertextual), complementares entre si mas sem sentido absoluto por separado. Sequencial e hipertextual são diferentes jeitos de conservação e de transmissão do saber, mas no canto de os enfrentarmos temos de ser cónscios das possibilidades derivadas da exploração da sua coexistência. Por exemplo, a linguagem sequencial para dar as pautas teóricas e a hipertextual (multimedial em paralelo) para desenvolver a sua vertente prática ou para complementar a explicação.

## **5. Desenhando um projecto de cooperação com blogues**

Todo projecto cooperativo precisa de dois elementos que vão trabalhar em parceria –do contrário, estaríamos falando de ‘operativo’-; na situação proposta, seriam um grupo de trabalho forâneo –indutor- e um autóctone –receptor.

A seguir, imos expor os pontos básicos –com as suas respectivas fases - que, ao nosso ver, seriam precisos para exportar um modelo de cooperação para o desenvolvimento –que tomar os blogues como base- que se pudesse exportar e do qual se pudessem aproveitar diferentes tipos de ONGDs nos seus também diferentes âmbitos de actuação. Não se trata de nenhum projecto concreto, mas de directrizes a seguir –pautas- que podem ser úteis.

1.- Toma de contacto

1.1.- Decidir o lugar onde actuar. Antes de começar a desenhar nada, cumpre obter informação sobre o lugar onde imos trabalhar;

conhecer quais os seus conhecimentos e habilidades. Também precisamos saber o número de integrantes da comunidade para ver também a quantos nos poderíamos dirigir –os meios são limitados- de tal forma que pudermos ter a melhor razão ‘resultados/população-alvo’. Esta tarefa far-se-ia em parceria com a ONGD ou grupo de trabalho locais.

1.2.- Avaliar as necessidades da população-alvo: não podemos ser nós quem decidirmos por eles o que precisam. O nosso projecto cooperativo tem de ser acorde com as suas necessidades. Ainda, é possível que entre elas estejam algumas de carácter puramente formativo –manejo do sistema que poremos ao seu dispor- ou simples carência de material.

1.3.- Fixar um contacto local que sirva de mediador entre os grupos de trabalho exógeno e endógeno. Nalguns casos a sua tarefa pode ser a de tradutor/intérprete; noutros, responsável logístico ou contacto com outros grupos ou autoridades locais. É uma peça indispensável neste projecto.

1.4.- Cômputo dos meios técnicos, económicos, humanos ou logísticos; analisar s é possível captar mais ou redistribuí-los.

## 2.- Reparto de funções

2.1.- Comunicação/coordenação e relação com o contacto local. Isto é fundamental no desenvolvimento do projecto, já que se não houver um entendimento total entre o promotor e o mediador, a ideia pode chegar muito distorcida à comunidade, com o qual se perderiam tempo e esforços por parte de todos. A tarefa comunicacional não se há-de reduzir apenas aos momentos iniciais do projecto, mas durante todo o processo. O que variará será a periodicidade com a qual mediador e promotor se porão a falar do geral -num primeiro momento- até chegarem a resolver questões muito pontuais quando a andadura do projecto seja já considerável. Isto não exclui a possibilidade de surgirem novas formas de cooperação ao

desenvolvimento após o início da experiência referida; ideias que puderem vir de quaisquer da comunidade-alvo ou de quaisquer uma das duas partes.

2.2.- Formação do pessoal necessário para encetar o projecto mais da população-alvo do mesmo. Este aspecto é crucial também para um correcto aproveitamento. Se os profissionais, tanto os voluntários da comunidade quanto os formadores da ONGD não conhecerem o tema, a zona e as possibilidades económico-sociais que levar aparelhado, o resultado final não será o concebido num primeiro momento. É também muito importante, ao tempo que se formam os voluntários da zona, poder habilitar as figuras dos agentes de desenvolvimento local, que devem ser próprios da comunidade-alvo – assim velarão melhor pelos interesses dos seus concidadãos.

2.3.- Logística. No apartado que se refere à distribuição e posta em andamento das equipas informáticas que permitirão aceder aos blogues e adaptá-los como ferramenta, cumpre uma concisa compenetração dos voluntários para obter o mais óptimo rendimento do investimento –humano, económico e técnico- que se fez.

2.4.- Uma espécie de ‘relações públicas’ que trabalhe em conseguir orçamentos para o projecto. Apesar de que a ideia inicial conta com o apoio reduzido do binómio ONGD-voluntários locais/comunidade local, a importância da figura de um ‘relações públicas’ que se ocupe de gerir o valor do projecto –a nível económico, mas sobretudo social-. Este voluntário, logo da realização de um plano de comunicação que permita dar a conhecer o projecto, intentará atrair possíveis patrocinadores/financiadores interessados em dar uma boa imagem de si próprios ao tempo que financiam a experiência. Ainda, intentarão concitar o maior número possível de acordos e de sinergias para chegar à iniciativa actores –económicos, sociais, académicos, etc.- relevantes com vinculação à comunidade-alvo.

2.5.- Aspecto tecnológico. Embora não seja estritamente necessário, pela sua complexidade seria conveniente este ponto ficar da mão de várias pessoas –melhor se for um grupo reduzido, para evitar dispersão-, já que há bastantes tarefas a desempenhar, como veremos.

### 3.- Planificação técnica

3.1.- Determinar os recursos técnicos necessários

3.2.- Seleccionar hardware e software

3.3.- Quantificar se há suficiente pessoal para pô-lo em andamento

3.4.- Verificar se é doado ou difícil gerir o sistema

3.5.- Atender as inovações que vão surgindo –para implementá-las, sempre que isto supor melhoras.

3.6.- Desenho do entorno virtual de tal forma que seja facilmente acessível, estruturado, manejável e interactivo. A facilidade para procurar e recuperar a informação mais a possibilidade de comunicação serão aspectos vitais.

### 4.- Desenho do entorno virtual.

Para uma maior eficácia, o blogue deve ser percebido com um tabuleiro –suporte- onde deixar os ‘temários’ –a palavra talvez soa demasiado académica, mas usaremos-lo igualmente à falta de um conceito mais preciso-, habilitando uma opção de comentários para o público poder exprimir as suas dúvidas e mesmo discuti-las, se for o caso.

Cumpramos lembrar que em quaisquer projectos de cooperação para o desenvolvimento o prioritário é resolver as necessidades da população-alvo. Neste caso, os objectivos do nosso ‘temário’ terão forçosamente de reverter numa melhora das condições de vida desse público. Por exemplo, lições sobre como gerir uma pequena instalação aquícola na costa de Nicarágua, comercializar os seus produtos e reduzir a sua dependência respeito de outras dinâmicas

empresariais ou de mercado. Achamos um blogue –ferramenta muito simples de utilizar e notavelmente intuitiva- ser o instrumento idóneo para este propósito.

O desenho do blogue deve ser limpo, sem excessivos jogos cromáticos que distorçam a experiência de leitura, mas com os suficientes pontos de impacto visual que diminuam ou retardem a sensação de cansaço –lógica para um público que talvez não esteja afeito a ler e, muito menos, a ler num suporte digital-. Os textos deverão usar uma linguagem comum e acessível à população-alvo; de extensão reduzida e complementados por imagens ou material audiovisual –se tivermos essa possibilidade e acesso à tecnologia necessária.

Seria muito útil acrescentar uma ferramenta de comunicação instantânea –bate-papo- para estabelecer ‘tutorias virtuais’ onde resolver dúvidas pontuais, comentar a experiência, intercambiar ideias e fazer um seguimento do programa.

Acreditamos que se uma experiência destas características tiver sucesso, poderia ser facilmente reproduzida noutros lugares com necessidades similares, mas adaptando-a às condições particulares do caso concreto. Ainda, se se fizer interagir participantes de diferentes implementações deste programa, poder-se-ia gerar um valor agregado muito interessante de cara a outras experiências ou iniciativas cooperativas futuras.

## **Bibliografía:**

- ACEVEDO, M. (2004) – ‘Las TIC en las políticas de cooperación al desarrollo: hacia una nueva concepción en Sociedad Red’. Em Cuadernos Internacionales de Tecnología para el Desarrollo. Ingeniería sin Fronteras, Novembro 2004.
- ARGIBAY, M.; Celorio, G.; Celorio, J. – ‘Educación para el desarrollo. El espacio olvidado de la cooperación’ em Cuadernos de Trabajo de Hegoa n.º19, 1997.
- BABUT, I. – E-learning, corporate learning. Gestión, 2003.
- BEIROA, J.; Uz, G. – ‘Novas perspectivas metodológicas na educação para o desenvolvimento’, em Contributos para a compreensão. Igesip, 2005.
- BUSTAMENTE, E. – Hacia un nuevo sistema mundial de comunicación. Las industrias culturales en la era digital. Gedisa, 2003.
- DALY, J. – Volunteers, Information and Communication Technologies and Development.  
<http://www.developmentgateway.org/download/218111/volunteering.doc> [Consultado em 2005-09-30]
- DUART, J. M. – Aprender sin distancias.
- FORTAT, R.; Lintanf, L. Education à la paix. Chronicle Sociale, 1989.
- GUZMÁN CÁRDENAS, C. E. – ‘La sociedad de la información con objetivos de inclusión y equidad’.  
[http://www.gumilla.org.ve/Comunicacion/COM124/COM124\\_Guzman.htm](http://www.gumilla.org.ve/Comunicacion/COM124/COM124_Guzman.htm) [Consultado em 2005-10-10]
- HAQQANI, A. B. –The Role of Information and Communication Technology in Global Development: Analyses and Recommendations.  
<http://www.unicttaskforce.org/perl/documents.pl?id=1360>  
[Consultado em 2005-09-30]
- NIELSEN, J. – ‘Writing for the web’.

<http://www.useit.com/papers/webwriting> [Consultado em 2006-05-27]

PASTRE DE OLIVEIRA, G. – ‘Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e a construção de conhecimento em cursos universitários: reflexões sobre acesso, conexões e virtualidade’. Em OEI-Revista Iberoamericana de Educación.

PEÑA LÓPEZ, I. –La coordinación y el trabajo en red. Gestión de las ONG, proyectos y formación webcéntricos: el Campus for Peace.

<http://www.uoc.edu/web/esp/art/uoc/penal201/penal201.htm>  
[Consultado em 2005-09-30]

PEÑA LÓPEZ, I. – ‘Cooperación y voluntariado en red’. Em Documentación Social: Trabajo en Red. Cáritas, 2002.

PEÑA LÓPEZ, I. – E-learning for Development: a model.  
[http://www.ictlogy.net/ictlogy/articles/ismael\\_pena\\_elearning\\_for\\_development.pdf](http://www.ictlogy.net/ictlogy/articles/ismael_pena_elearning_for_development.pdf)  
[Consultado em 2006-02-27]

XAVIER, Nélon Amílcar – ‘Retóricas da cooperação internacional na África’, em Contributos para a compreensão. Igesip, 2005.